

A CONSTRUÇÃO LITERÁRIA DOS
GERMANOS POR SINÉSIO DE CIRENE:
MARCAS DE REPULSA E INTEGRAÇÃO EM
DE REGNO E DE PROVIDENTIA

José Petrúcio de Farias Júnior*

*Unifap (Universidade
Federal do Amapá)

RESUMO: Objetivamos discutir a partir de *De Regno* e *De Providentia*, escritas por Sinésio de Cirene (370 – 412/3), no momento de sua embaixada à Constantinopla (397/8 – 399/400), a construção da representação literária do *outro* (bárbaros, citas/germanos) com a finalidade de compreender em que medida tal construção discursiva contribui para refletir sobre as marcas de integração dos germanos na sociedade romana oriental tardia.

PALAVRAS-CHAVE: Sinésio de Cirene – Germanos – Administração Imperial – De Regno – De Providentia

THE LITERARY CONSTRUCTION OF THE GERMANS BY SYNESIUS OF CYRENE: REPULSIVE AND INTEGRATION MARKS IN DE REGNO AND DE PROVIDENTIA

ABSTRACT: We intend to discuss from *De Regno* and *De Providentia*, written by Synesius of Cyrene (370-412 / 3), at the moment of his embassy to Constantinople (397/8 - 399/400), the construction of the literary representation of the *other* (barbarians, Scythians /germans) in order to understand in what way this discursive construction help us to reflect on the integration marks of the Germans in the late eastern Roman society.

KEY WORDS: Synesius of Cyrene – Germans – Imperial administration – De Regno – De Providentia

1. Por *embaixador* (πρέσβυς), a despeito das implicações políticas que a palavra contemporaneamente incorpora, entendemos um representante político, eleito por um grupo, portanto, membro do corpo político-administrativo do Império, que se responsabiliza pela transmissão de uma comunicação política. Embaixadas são, em latim *legationes*; em grego, πρεσβείαι. Logo, o embaixador ou enviado *legati* (*legatarii*, variante encontrada em fontes históricas até meados do século VI) ou πρέσβεις, forma verbal proveniente de πρεσβεύω que, entre outros significados, pode ser traduzido como *é enviado* ou *atua como enviado*. De acordo com o Dicionário Grego-Francês Bailly (1950), πρέσβυς e seus derivados incorporam vários significados, entre eles, o mais velho, o mais velho de um concílio, os primeiros cristãos, os sacerdotes, digno de respeito e, por fim, enviado. De acordo com Gillet (2003, p. 04), clérigos ainda usam, na Antiguidade tardia, o vocábulo πρέσβυς como sinônimo de o mais velho, ancião.

Sinésio de Cirene nasceu em uma tradicional e rica família local de Cirene na província romana de Cirenaica ou Líbia Superior, norte da África, entre 370 e 375 e faleceu provavelmente entre 412 e 413, momento em que ocupava o cargo eclesial de bispo de Ptolomaida. Eleito embaixador (πρέσβυς)¹ da província da Líbia Superior ou Cirenaica, em aproximadamente 397/398 tal como suas próprias fontes sugerem, ele se dirigiu para Constantinopla a fim de interpelar o imperador Arcádio acerca da redução dos impostos cobrados em Cirenaica (*Ep.* 100, 8-14). Em Constantinopla, Sinésio aguardou certo tempo antes de ser convocado para uma audiência com o imperador. Nesse ínterim, ele estabeleceu contatos amigáveis com muitas pessoas influentes no campo político, tal como mostram suas cartas, entre as quais destaca-se Aureliano, prefeito em Constantinopla e líder de uma facção antigótica na corte. A historiografia, em geral, sustenta que, como embaixador da Líbia Superior, Sinésio presenteou o imperador com um discurso intitulado *Ao imperador, sobre a realeza – De Regno* – uma das fontes principais da nossa investigação sobre Sinésio - bem como ofereceu a ele a *coroa dourada - aurum coronarium*, presente tradicional destinado ao imperador para comemorar um quinquênio na administração imperial.

Possivelmente ainda em Constantinopla, o intelectual redigiu *Aos egípcios, sobre a providência* – em latim, *De Providencia*. Trata-se, de acordo com grande parte dos especialistas em Sinésio, de uma alegoria política na forma de mito egípcio no interior da qual concorrem ao poder imperial os irmãos Tifo e Osíris os quais representam figuras políticas antagônicas que contribuem, aparentemente, para a edificação da representação literária do ‘bom monarca’ em detrimento do ‘tirano’. A historiografia anglo-americana, francesa e germânica em geral acredita que essa obra é uma extensão de *De regno*, na qual Sinésio amplia, aprofunda e modifica os aspectos político-culturais apresentados pelo discurso anterior. Tal obra tem sido considerada pelos historiadores norte-americanos Cameron & Long (1993, p.14) nossa melhor evidência a respeito das políticas correntes na capital oriental do Império.

Para além da possibilidade de explorar *De regno* e *De Providencia* sob a perspectiva das dissensões políticas que podem ter ocorrido na administração do imperador Arcádio em

Constantinopla, focalizaremos, neste artigo, a caracterização discursiva do termo ‘bárbaro’ presente em ambas as narrativas de Sinésio com ênfase às marcas de repulsa e integração dos germanos na sociedade romana oriental tardia.

Questionamos, todavia, o viés interpretativo que se apoia em uma leitura das obras de Sinésio somente a partir da oposição entre romanos e bárbaros, que se perpetua, diga-se de passagem, da historiografia antiga à historiografia contemporânea sobre a Antiguidade. Defendemos que as interpretações assentadas em tal jogo binário constituem-se como obstáculo à compreensão das marcas de integração dos chamados bárbaros na sociedade romana oriental tardia. Assim, apenas uma leitura atenta às fontes nos permite ir além desse par dicotômico. Afinal, é difícil acreditar que os romanos tivessem recrutado bárbaros em escala significativa se, de fato, o perigo de traição ou deslealdade fossem extremos.

OS GERMANOS NOS DISCURSOS TARDO-ANTIGO: BREVES REFLEXÕES

Quando nos inclinamos sobre as investigações acerca dos germanos no IV século, deparamos com uma grande dificuldade: a escassez de fontes históricas germânicas. De acordo com o historiador Thompson (2002, p.230), nos primeiros séculos do Império Romano, eles eram iletrados ou mais provavelmente anterior à escrita; e, no momento em que obtivemos indícios de sua produção discursiva, que data aproximadamente do final do IV século, encontramos-a fragmentada. Boa parte de nosso conhecimento sobre os chamados *bárbaros* - termo genérico utilizado pela historiografia greco-romana antiga para aludir aos diferentes grupos étnicos com os quais os romanos mantiveram contato - repousa sobre os registros de pensadores greco-romanos que evocaram características étnicas e político-culturais de tais povos por meio de uma visão particular, isto é, prevaleceu a perspectiva dos romanos sobre os chamados bárbaros, mais precisamente sobre os povos que habitavam a Germânia, denominação antiga à região do norte europeu.

Segundo Funari e Carlan (2007: 19), a divisão dos chamados bárbaros, realizada por historiadores e antropólogos no século XVIII, a qual adotava como critérios basilares a proxi-

midade cultural e linguística de diversos grupos étnicos que viviam além das fronteiras do Império Romano, sugere três grandes ramificações, a saber: germânico, que agrega francos, godos (ostrogodos e visigodos), anglos, saxões, burgúndios, teutônicos, lombardos suevos, alamanos, vândalos, entre outros; eslavo, que comporta russos, poloneses, bósnios etc; por fim, tártaro-mongol, constituído por hunos e turcos, basicamente. Convém salientar que, no interior desses grupos, os germânicos ocupam um lugar central no tocante às interações com o Império Romano oriental tardio e serão objeto de reflexão por muitos pensadores do IV século, entre eles Amiano Marcelino, Libânio, Temístio e Sinésio de Cirene.

Os principais pensadores romanos que nos oferecem indícios político-culturais sobre os grupos de origem germânica são Tácito, em sua *Germania*, e, mais tarde, Amiano Marcelino, em *História de Roma*. Grande parte da historiografia romana antiga versa sobre tais grupos, normalmente por meio do termo genérico *bárbaro*, isto é, sem diferenciar as especificidades dos grupos étnicos a que aludiam, e, em geral, constroem, tanto no campo da literatura quanto no campo das construções arquitetônicas, visões semelhantes sobre o *outro*, geralmente apropriadas de fontes históricas antigas. A literatura romana tardo-antiga, em particular, os via como invasores e destruidores; eles lutavam, saqueavam, devastavam, queimavam e matavam, nada mais² (THOMPSON, 2002: 231).

Assim, a despeito da visão crítica com a qual os romanos os viam e a despeito da aceitação desses grupos étnicos no exército romano e, portanto, dentro do Império, eles passaram pela história dos primeiros quatro séculos da era cristã em silêncio. Amiano Marcelino exemplifica, a nosso ver, a perspectiva predominante da historiografia romana tardo-antiga, no momento em que descreve as incursões dos grupos étnicos nômades de origem mongólica, na segunda metade do IV século, relato que se assemelha, por sua vez, à forma como Heródoto, historiador pertencente à literatura grega clássica, havia narrado os citas, grupo étnico, localizado ao norte do mar negro com o qual os gregos mantiveram contato.

Eles têm corpos atarracados, pernas e braços robustos, e pescoços grossos, e são, assim, prodigiosamente feios e se inclinavam para que se tornassem animais de duas pernas, ou as

2. Essa abordagem foi incorporada por muitos historiadores contemporâneos a nós, entre os quais, destacamos Ramsay MacMullen (1963), Michael Grant (1976) e Arther Ferril (1989).

figuras bruta­mente esculpidas em troncos as quais são vistas nos para­peitos de pontes (...) Eles são total­mente igno­rantes acerca da diferen­ça entre certo e errado; sua fala é volúvel e obscura, e eles não estão sob tutela de religião ou supersti­ção. (...) Esta raça selvagem, movendo-se sem dificuldade e consumida pela predileção selvagem para pilhar a propriedade de outros, avançou extorquindo e mutilando inteiramente as terras de seus vizinhos (...) (Amiano, 31.2)

O fragmento acima afigura, em parte, uma visão genérica de como os romanos tardo-antigos concebiam aqueles que se encontravam além das fronteiras do Império Romano. Para o historiador britânico Peter Heather, a construção literária de uma visão estereotipada do bárbaro, na Antiguidade Tardia, 'serviu para sublinhar o que era bom e importante sobre ser romano' (1999: 36).

Dessa forma, em consonância com o excerto acima, para além da descrição das características fisionômicas que diferiam os romanos de outros grupos étnicos, os chamados *bárbaros* normalmente carregam marcas de inferioridade, especificamente no tocante a seus costumes, o que confere às narrativas tardo-antigas, em particular, uma forte conotação moral. Queremos dizer, com isso, que o *outro* torna-se a imagem invertida do *ser romano* o que, em certa medida, colabora para a construção literária de uma identidade romana, que se ajusta aos diversos interesses políticos de pensadores em geral pertencentes a famílias abastadas romanas orientais tardo-antigas.

Temístio, também sinaliza aspectos político-culturais semelhantes acerca dos bárbaros, no momento em que noticia a presença goda no exército romano, em 370, sob o imperador Valente.

Há em cada um de nós uma tribo bárbara, extremamente arrogante e intratável - Quero dizer moderação; e aqueles desejos insaciáveis, que se opõem à racionalidade, como Citas e Germanos fazem aos Romanos (TEMÍSTIO, *Or.* 10,131 b-c).

Temístio, neste excerto, alude a um dos principais argumentos mobilizados para construção da autoimagem da aristocracia romana, ou seja, o filósofo sinaliza que os roma-

nos – provavelmente um grupo específico da elite romana, seus companheiros – eram mais racionais que os povos que viviam além das fronteiras do Império. Heather (1999: 236) esclarece que a racionalidade significa, segundo o modelo estoico, a habilidade individual para controlar completamente as paixões por meio de exercícios do intelecto. Caracterização que reforça as marcas de inferioridade desses grupos étnicos diante dos romanos.

Advertimos, porém, que a construção da identidade romana, a partir da imagem do outro, não se apoia em uma concepção homogênea sobre o *ser romano*, nem é a mesma entre os escritores romanos tardo-antigos, porquanto eles pertenciam a diferentes grupos sociais e, ainda que houvesse aspectos político-culturais semelhantes entre eles, a saber: a língua, as práticas religiosas e, em certa medida, a organização político-administrativa do Império e das províncias, acreditamos que cada pensador romano vivenciava tais circunstâncias de maneira particular.

Nesse sentido, concordamos com Heather (2009: 14-5), no momento em que declara ser a identidade produto de uma *percepção*, muitas vezes enviesada a interesses particulares imediatos ao momento da escrita, e não um conjunto de características culturais comuns compartilhadas por diferentes escritores. Ainda que tais características possam manifestá-la; não podem, porém, defini-la. Compreende-se, no interior desse contexto, que a identidade de grandes agrupamentos humanos é sempre um fenômeno, passível de contestação, além de representar apenas uma parte do debate sobre identidade.

Em outros termos, sustentamos que a identidade pode ser entendida, em parte, como construção retórica evanescente, situacional e particular e não como algo dado, característica contínua ou fato permanente em determinado momento histórico, abordagem muito comum entre historiadores e antropólogos que antecederam a Segunda Grande Guerra, em discursos que, muitas vezes, justificavam e fortaleciam as identidades nacionais de países europeus.

Sob essa ótica, concebemos os valores morais utilizados para a caracterização dos chamados *bárbaros* como porta-vozes de interesses imediatos e particulares, tendo em vista as relações de poder existentes entre os diferentes grupos sociais

que compunham a sociedade romana oriental tardia. Afinal, a forte inclinação moral com que o termo bárbaro é utilizado por autores que desempenharam cargos públicos no Império tardio, implica, a nosso ver, esforços de preservação de um grupo social no cenário político por meio de práticas culturais que atendem a interesses singulares.

BÁRBAROS E ROMANOS EM *DE REGNO*

A partir de tais reflexões, os questionamentos que nos fazemos são: por que, para quem e com que finalidade determinada representação literária sobre os não-romanos se fortalece ou se perpetua nas obras *De Regno*³ e *De Providentia*⁴ de Sinésio de Cirene. Particularmente em *De Regno*, o filósofo declara que:

Eis aqueles que Platão compara a cães. Em revanche, o pastor se guardará de colocar lobos com os cães; mesmo que ele os recolha jovens e se eles pareçam amansados, é a seu prejuízo que ele confiará o rebanho. Quando eles espreitarem entre os cães alguns sinais de fraqueza e de relaxamento, eles os atacarão (...) Do mesmo modo, o legislador se guardará de dar armas àqueles que não nasceram e não foram educados sob *suas leis*. Ele não possui, por seu lado, nenhuma garantia de *lealdade* (ao governo constituído) (SINÉSIO, *De Regno*, 1089 B, grifo nosso).

Nos primeiros dois períodos do excerto, Sinésio se reporta à metáfora platônica entre o pastor, o cachorro e os lobos⁵, possivelmente para sinalizar a ameaça dos germanos, particularmente dos godos, em Constantinopla, porquanto no momento histórico em que Sinésio escreve, os líderes políticos de Constantinopla vivenciavam um momento de intensa efervescência política, o que em parte se explica, de acordo com a historiadora Stephen Mitchell, pela massiva inserção ou incorporação dos Godos em cargos militares de liderança, entre eles, o *magister militum* godo Alarico, seguido por Gainas e Fravita, já que antes eles eram comumente alojados em regiões provinciais como refugiados em virtude das pressões exercidas por outros grupos étnicos ou

3. De regno, em particular, é concebido pela historiografia em geral como um discurso de aconselhamento endereçado ao imperador Arcádio, escrito em aproximadamente 400 d.C e discorre, entre outros enfoques, sobre as virtudes e as responsabilidades políticas do bom governante. Podemos afirmar de maneira bastante abrangente que o discurso pretende oferecer um conjunto de orientações que visam ao fortalecimento do poder imperial por meio da defesa da imagem do bom monarca.

4. Trata-se de uma narrativa que conta a maneira como a administração do *pior governante*, ou seja, do *tinano*, alegorizado por Tifo, foi gradativamente enfraquecida até possibilitar o *retorno dos melhores*, isto é, do bom governante, alegorizado por Osiris, tal como havia sido previsto pela *Providência Divina* ou profecia dos deuses. Dito de outra forma, como indica o filósofo, *De Providentia* está dividida em dois livros. No primeiro, Sinésio sinaliza as características pessoais e condutas políticas tanto de Osiris quanto de Tifo; em seguida, narra a ascensão de Tifo ao poder, a qual se opõe à vontade divina. Por fim, Sinésio nos conta os últimos dias da administração de Tifo e finaliza o primeiro livro por meio de um oráculo, tal como Plutarco havia feito em *De Iside et Osiride*, cuja função era justificar a *Providência Divina*, ao prever o triunfo do bem sobre o mal. Trata-se de um conhecimento oracular, pois tal situação ainda não havia se estabelecido, uma vez que Tifo ainda estava no poder e Osiris no exílio. O segundo livro demonstra, por meio da providência divina, de que maneira os deuses puniram o mal e concretizaram o oráculo mencionado no final do primeiro livro, isto é, este livro narra o retorno de Osiris ao poder e o estabelecimento da chamada *época de ouro* (LIBESCHUETZ, 1990, 270).

5. A estudiosa Marie-Henriette Quet (1978, p. 63) esclarece-nos que a referida metáfora

encontra-se na *Repubblica* de Platão, em que o rei bem como os magistrados são associados a pastores, auxiliados em suas tarefas por cães, guardiães de rebanho. O rei que se comporta como tirano, de pastor, passa a ser considerado um lobo.

Em Plutarco, *Moralia*, a pesquisadora também nos adverte que tanto o cachorro quanto o cavalo são metáforas associadas à ideia de honra e distinção, características atribuídas a oficiais imperiais. A essa recuperação de imagens metafóricas, Quet (1978, p. 68) diz se tratar de uma apropriação intencional, uma vez que contribuem para reprodução da ordem social existente, permitem a internalização de estruturas de poder e produzem, por sua antiguidade e repetição, consenso.

6. Segundo Liebeschuetz, o exército regular romano representava a força profissional regular do Império Romano oriental tardo-antigo. O documento histórico que nos oferece dados acerca do exército regular romano é produto da compilação de aproximadamente 400 pessoas – *Notitia Dignitatum* – que representa uma lista de todas as unidades nos exércitos de ambos os lados do Império.

De acordo com esse documento, as unidades regulares incluíam grande número de unidades compostas inteiramente ou quase inteiramente por bárbaros de diferentes grupos étnicos, tais unidades chamavam-se federadas.

Estas unidades foram incluídas na *Notitia* porque eram inscritas somente para

eram acomodados como *foederati*⁶e, portanto, esperavam fornecer suporte militar ao exército regular romano, quando convocados (2007: 95-6).

No tocante à estrutura retórica, de acordo com o historiador Pierre-Louis Malosse, trata-se, sob a perspectiva de ‘Sobre a invenção’, escrita pelo Pseudo-Hermógenes, de uma estrutura semelhante ao *topos* retórico denominado *antitheton*, em que o escritor apresenta inicialmente uma situação potencial, apoiada na autoridade delegada pela filosofia platônica, em seguida, alude a circunstâncias históricas contemporâneas ao escritor, a fim de que os acontecimentos contemporâneos sejam valorizados, reforçados ou contrastados.

Para Heather, a referência a Platão não diz respeito apenas ao emprego de um recurso retórico, constituído de um argumento de autoridade, mas nos permite compreender em parte a construção, em certa medida, estereotipada que se fazia por sobre os não-romanos na Antiguidade Tardia. Para o pesquisador, a literatura clássica, suas visões de mundo e perspectivas sobre o outro, na qual as famílias abastadas tardo-antigas eram educadas, desempenhava um papel central na representação literária do bárbaro (1999: 236).

A imersão na literatura clássica possibilita, por extensão, que os escritores tardo-antigos recuperem a representação literária do bárbaro, em contraste com o romano, como *exempla* de vícios e virtudes humanos. No limite, presenciemos os reflexos da literatura clássica por sobre a literatura romana oriental tardo-antiga; dito de outra forma, autores tardo-antigos em geral reportavam-se ao bárbaro à luz de usos literários que lhes eram familiares (BEDON, 2009: 79).

Assim, influenciado pela literatura clássica, Sinésio, no fragmento em questão, alude a uma característica moral que reforça a oposição entre romanos e bárbaros: a *fides* dos povos civilizados em contraste com a deslealdade e a perfídia dos bárbaros, alegorizada pela figura do lobo, característica que se perpetua em diversas passagens da obra. Adicionado a isso, os romanos, como portadores das virtudes, tornam-se superiores aos não-romanos e capazes de subordinar suas paixões ou desejos imediatos para decretar, por exemplo, leis escritas. A observância e o respeito a tais leis denotam, como se verifica no fragmento acima, a *fides* dos cidadãos romanos ao imperador. O respeito às leis ou fidelidade às leis é um tema que perpassa

ambas as fontes históricas de Sinésio de Cirene, *De Regno* e *De Providentia*, como aspecto que diferencia os romanos (ou uma parte deles) dos demais grupos étnicos, tal como observamos no fragmento a seguir:

A lei das famílias e das sociedades consigna a defesa comum ao homem, a gerência dos interesses domésticos à família. Como poderíamos nós tolerar que os homens, entre nós, sejam de *raça estrangeira*? Não é mais vergonhoso ainda que o Império mais rico em heróis abandone a outro que não a seus filhos a ambição das honras guerreiras? Por minha conta, mesmo quando esses estrangeiros trouxessem para nós muitas vitórias, eu enrubesceria por lhes ter obrigado. Ah! Verdadeiramente, ‘eu o sinto, eu o vejo’ – e essa verdade está ao alcance de todo homem razoável (...) (SINÉSIO, *De Regno*, 1092 B, grifo nosso).

Sinésio sinaliza os benefícios da lei, subentende-se aqui a lei romana, na condição de alicerce à estabilidade política da sociedade, no interior da qual os estrangeiros eram vistos como figuras ameaçadoras. Então, parte-se do pressuposto de que os povos bárbaros – *raça estrangeira* – fossem menos propensos a obedecer às leis romanas, concepção oriunda da literatura clássica e compartilhada por autores tardo-antigos, entre eles Sinésio. Viver sob boas leis denotava que os romanos viviam sob a verdadeira liberdade, *libertas*, o que levou Heather a concluir que a imagem do bárbaro construída pelo romano vincula-se à imagem que eles desejavam assegurar para si mesmos (1999: 238). Sinésio corrobora esse posicionamento, na passagem a seguir, e adverte o imperador acerca da necessidade de organizar um exército destituído de elementos estrangeiros.

Antes de chegar a essa extremidade em direção à qual nós marchamos, já não é sem tempo de nos *refazer* uma alma verdadeiramente romana, *de voltar a ser*, como antes, os únicos artesãos de nossas vitórias, ao invés de dividir o mérito, e *de eliminar por todo o Estado o partido bárbaro* (SINÉSIO, *De Regno*, 1093 A, grifo nosso).

As expressões ‘refazer uma alma verdadeiramente romana’ e ‘voltar a ser como antes os únicos artesãos de nossas vitórias’ reforçam a recepção do passado, por Sinésio, como

emergências particulares, até então, elas poderiam eventualmente se tornar parte do exército regular. A distinção entre regulares e federados é usualmente esclarecida nas fontes. Os regulares são geralmente descritos como *soldados* e os *federados* como *bárbaros*, *federados* ou pelo nome do grupo étnico do qual fazem parte, por exemplo: godos ou burgúndios. A tese de Liebeschuetz, que, em certa medida, coaduna-se às reflexões de Mitchell (2007), consiste em afirmar que no curso do quarto e quinto séculos, o exército regular tornou-se irrelevante quando comparado aos federados. Dessa forma, o que o autor espera poder ser mostrado é que os regulares deixaram de ser um elemento decisivo em campo de batalha (1993, p. 265-76).

παράδειγμα e sinaliza, em certa medida, a desconfiança com que os chamados bárbaros são concebidos.

A caracterização por meio da qual o filósofo se reporta aos não-romanos, conduziu especialistas em Sinésio de Cirene até meados da década de 1990 a não considerar as marcas de integração dos bárbaros na sociedade romana oriental tardia; o que para nós não só deve ser repensado, mas também simboliza uma generalização não pertinente às obras de Sinésio⁷, em particular *De Regno* e *De Providentia*.

7. Não queremos dizer com isso que Sinésio tenha produzido um discurso favorável aos bárbaros. Tal proposição seria contraditória principalmente se levarmos em consideração o emprego retórico da imagem do bárbaro em suas narrativas; pretendemos apenas sinalizar, em Sinésio, os mecanismos de integração (e não de aceitação) de grupos étnicos não-romanos na sociedade romana oriental tardia, especialmente na administração imperial.

Reconhecemos, por trás da caracterização repulsiva que Sinésio constrói sobre os bárbaros, marcas de integração que apresentam, por outro lado, uma imagem mais flexível e menos polarizada sobre a representação literária dos não-romanos na sociedade romana oriental no período em questão, como demonstraremos a partir do excerto a seguir:

Para dizer a verdade, as primeiras hostilidades já iniciaram. Certa efervescência se manifesta aqui e lá no Império. Dir-se-ia de um organismo colocado em presença de elementos estrangeiros, *rebeldes a essa assimilação que assegura o equilíbrio físico*. Que seja necessário excluir esses elementos estrangeiros dos organismos como das cidades, médicos e homens de Estado não teriam outra linguagem (SINÉSIO, *De Regno*, 1089 D, grifo nosso).

Inicialmente, o filósofo refere-se a campanhas de povos bárbaros de maneira genérica, entre as quais provavelmente reporte-se às lideradas pelo comandante godo Tribigildo, em 399, em virtude das repercussões de tal empreendimento na política de Constantinopla do final do século IV, momento em que as obras foram escritas. Para além das possíveis circunstâncias históricas descritas no excerto, percebemos que Sinésio ameniza a caracterização repulsiva com que se referia à presença de elementos estrangeiros em órgãos públicos *romanos*, porquanto é tal ‘assimilação que assegura o equilíbrio físico’, ainda que esse processo de integração seja marcado muitas vezes por rebeldia. Entende-se, portanto, que os bárbaros (ou melhor, um grupo étnico específico, provavelmente os godos, como argumentaremos à frente) são como elementos estranhos que penetram um organismo saudável, podendo levar à doença por sua rejeição.

No momento em que o filósofo declara a necessidade de excluir ‘elementos estrangeiros dos organismos como das cidades’, inferimos que o cirenaico queira advertir que os bárbaros a que se refere devem desempenhar apenas uma função auxiliar nos organismos públicos civis ou militares a fim de que se assegure o ‘equilíbrio físico’ do Império e não ocupar posições estratégicas de comando, estas deveriam destinar-se apenas aos romanos. Adicionado a isso, ele pontua os espaços sociais em que os bárbaros possivelmente atuavam, a saber: *organismos* (σωμάτων) e *cidades* (πόλεων) e, a partir dessas marcas de integração dos bárbaros na sociedade romana, aconselha cidadãos romanos, detentores de cargos públicos, a saber jovens ou principiantes (παίδες) entre os médicos (ιατρών) e homens de Estado (στρατηγών), a se manter inclinados à adoção do mesmo posicionamento em relação aos estrangeiros. No fragmento a seguir, teremos a oportunidade de aprofundar essa perspectiva:

Em nossa época, no entanto, não é com intenções hostis que vieram a nossa casa, mas suplicando ao curso de uma nova emigração. E na doçura de nossa acolhida, não tiveram negócio com as armas de Roma; nossas disposições foram aquelas que convinham adotar ao olhar de suplicantes. Mas essa raça grosseira nos devolveu o que se esperava: ela encorajou-se e apenas teve por seus benfeitores ingratidão. Também teu pai pegou as armas para puni-los, e novamente eles adotaram, com suas esposas, a atitude de suplicantes lamentáveis. *Vencedor na guerra*, esse não pode resistir à compaixão: ele os convidou a se revelar, fez deles seus aliados, acordou-lhes o direito de cidade, abriu-lhes acesso às honras e distribuiu a terra romana àqueles que eram os mortais inimigos. Tudo a sua grandeza de alma, a sua natural generosidade, teve por eles apenas bondades. Mas *a virtude excede uma inteligência bárbara* (SINÉSIO, *De Regno*, 1097 B, grifo nosso).

Sinésio noticia, no fragmento acima, três aspectos político-administrativos que demarcam a integração entre romanos e germanos na sociedade romana oriental do final do IV século, a saber: concessão de direitos cidadãos, acesso a honras e, por fim, distribuição de terras romanas. Conforme sublinhamos no trecho em análise, Sinésio também reconhece

a habilidade militar dos germanos; e tal reconhecimento não é contraditório com relação à caracterização adversa com que ele se referiu à inserção desses povos na sociedade romana, uma vez que os não-romanos eram, de fato, úteis à contenção de investidas contra o Império.

Assim, pode-se inferir, tal como sugere Nicolosi (1959: 205), que Sinésio, ao se opor incisivamente aos bárbaros em algumas passagens de *De Regno*, tenha em mente um grupo étnico específico, entre outros existentes, o qual, no momento em que a obra foi escrita, de fato, representava uma ameaça à unidade político-administrativa do Império. Como Sinésio não distingue explicitamente o grupo étnico a que se refere, muitos estudiosos podem ter perpetuado a ideia de discurso antibárbaro e negligenciaram, por extensão, as possíveis marcas de integração de grupos étnicos não-romanos nas estruturas político-administrativas do Império presentes nos discursos sinesianos.

Sob essa ótica, se considerarmos os acontecimentos históricos de Constantinopla no final do IV século, apontaremos os godos como objeto principal de crítica ou repulsa nas narrativas sinesianas. Assim, partindo do pressuposto de que houvesse resistências aos chamados bárbaros, nós podemos compreendê-las nesses termos.

Quanto à integração de grupos étnicos com quem o Império Romano Oriental mantinha relações diplomáticas, deduzimos que Sinésio os teria concebido apenas como colaboradores do Império; por exemplo, como componentes das unidades federadas que complementavam as unidades regulares, constituídas predominantemente por romanos e lideradas por eles, tal como eram aceitos até Teodósio I.

Ao final do fragmento, o cirenaico restitui, porém, a condição de inferioridade dos estrangeiros diante dos romanos, porquanto as virtudes suplantam ‘uma inteligência bárbara’. Observamos, de modo geral, aspectos que sinalizam marcas de repulsa e integração dos chamados bárbaros em *De Regno*. Integração que, de certa forma, vincula-se aos esforços de imponentes gerais ou líderes políticos não-romanos e seus seguidores que procuravam se destacar étnica e politicamente na sociedade romana oriental tardo-antiga, a fim de conquistar legitimidade para estabelecer alianças; repulsa, na medida em que o ingresso de determinados grupos étnicos não-romanos na administração imperial, principalmente em

cargos político-militares de liderança, poderia ameaçar o acesso de famílias abastadas provinciais a cargos civis e militares, além de subordiná-las a tais agentes de poder.

BÁRBAROS E ROMANOS EM *DE PROVIDENTIA*

Em *De Providentia*, no momento em que Sinésio narra o julgamento de Tifo, após a expulsão dos citas da cidade real, Egito, identificamos semelhantes marcas de integração de não-romanos nas estruturas político-administrativas do Império:

Tarde veio uma reunião de deuses e anciões sobre Tifo, colocou-se em pauta, o que há muito cada parte discutiu entre si. Havia mulheres, que dominavam ambas as línguas e os que não entendiam o outro em dado momento, elas traduziam seus planos, o Egito os planos do povo bárbaro e por outro lado os bárbaros, os planos dos egípcios. Havia também eunucos e dirigentes profissionais de acusação, todos que haviam sido estabelecidos por Tifo e sua esposa contra Osiris e perante testemunho as piores acusações haviam sido instrumentalizadas; *que os lugares mais importantes foram ocupados pelos bárbaros* – o que Tifo abandonara, ele levou quase a um bloqueio, com isso a desgraça cercou a cidade santa (SINÉSIO, *De Prov.* II, 3.7).

A nosso ver, o cirenaico comenta, no excerto acima, a iniciativa de alguns líderes políticos provavelmente contemporâneos a ele, figurados por Tifo, a aceitar o ingresso de bárbaros em postos elevados da administração imperial. Sustentamos que esse cenário político competitivo e muitas vezes ameaçador, se levarmos em consideração o fato de que Gainas⁸ havia se tornado em 399 *magister militum* de Constantinopla, durante a embaixada de Sinésio em Constantinopla (397/8 – 399/400), tenha levado o filósofo de Cirene, tanto em *De Regno* quanto em *De Providentia*, a destacar a deslealdade de não-romanos quanto à não-observação do *mos maiorum*⁹ ou da chamada ‘tradição romana’, no que diz respeito à administração e legitimidade política do Império.

Não é por acaso que, em *De Providentia*, o filósofo intensifica as semelhanças entre os *citas*, termo que na obra em questão simboliza os bárbaros, e Tifo, o tirano; isto é, ambos ocu-

8. O ano 399, a nosso ver, torna-se indispensável para refletir sobre os possíveis reflexos das circunstâncias históricas vivenciadas por Sinésio em *De Regno* e *De Providentia*, uma vez que o escritor assistiu à revolta do general Tribigildo e à queda do regente Eutrópio, acontecimentos que, em certa medida, podem ter sido adotados pelo cirenaico como objeto de reflexão. Neste período, três *magistri militum* eram godos no Império Romano Oriental: Alarico, cuja deslealdade pôde ser comprovada pelas invasões que liderou nos Balcãs; Gainas, suspeito de se relacionar com Tribigildo, líder ostrogodo que, neste ano, invadiu e saqueou regiões da Ásia Menor; e Fravita, no comando geral das tropas orientais.

9. O ano 399, a nosso ver, torna-se indispensável para refletir sobre os possíveis reflexos das circunstâncias históricas vivenciadas por Sinésio em *De Regno* e *De Providentia*, uma vez que o escritor assistiu à revolta do general Tribigildo e à queda do regente Eutrópio, acontecimentos que, em certa medida, podem ter sido adotados pelo cirenaico como objeto de reflexão. Neste período, três *magistri militum* eram godos no Império Romano Oriental: Alarico, cuja deslealdade pôde ser comprovada pelas invasões que liderou nos Balcãs; Gainas, suspeito de se relacionar com Tribigildo, líder ostrogodo que, neste ano, invadiu e saqueou regiões da Ásia Menor; e Fravita, no comando geral das tropas orientais.

pam o poder político de maneira ilegítima. Defendemos, dado o exposto, que a representação do bárbaro, apropriada da literatura greco-romana clássica, reforça a preocupação de Sinésio em veicular experiências políticas pretéritas como *παράδειγμα* para refletir sobre a legitimidade política imperial.

Por essa razão, endossamos a hipótese de que o posicionamento de Sinésio não pode ser compreendido como espelho das dissensões entre romanos e bárbaros na sociedade romana oriental tardia, embora aquilo que Sinésio registra, nas fontes em questão, de fato, externe a defesa de fronteiras sociais, ou seja, reconhecemos a tentativa de demarcação, delimitação ou, simplesmente, distinção entre romanos e não-romanos; porém, consideramos que tais fronteiras estão a serviço da intencionalidade do discurso e se submetem às relações de poder entre distintos grupos sociais no momento da escrita das obras em análise.

Em outras palavras, o ‘bárbaro’, nas narrativas de Sinésio, deve ser concebido como produto de uma construção literária submetida à organização retórica do documento histórico. Por isso, tais representações sobre o bárbaro não são objeto de consenso entre pensadores tardo-antigos, mesmo no interior de um grupo social e em um momento histórico específico.

Dessa forma, torna-se relevante compreender em que medida tais estratégias de distinção e marcas de integração social se ajustam à intencionalidade dos discursos *De Regno* e *De Providentia*. Para que tal viés interpretativo seja esclarecido, demonstraremos em que medida a imagem do bárbaro se coaduna à imagem do tirano.

Levando em consideração o fato de que os bárbaros – *citas* – são caracterizações discursivas delimitadas por uma intencionalidade ideológica, perguntamo-nos o que teria instigado Sinésio a mencioná-los em seu mito egípcio, *De Providentia*, haja vista a existência de outros grupos étnicos que habitavam a Europa e a Ásia Central.

Em primeiro lugar, destacamos a influência dos *citas* na literatura grega e romana antiga o que, a nosso ver, possibilitou especulações e apropriações de escritores tardios, entre eles Sinésio; e, em segundo lugar, o fato de que os *citas* se notabilizavam, no séc. VII a.C, pelas habilidades militares (PARZINKER, 2009: 41-7), assim como os germanos no séc. IV d.C., linha de raciocínio que está ancorada na ideia de que o passado oferece instruções ao presente.

Outro elemento que reforça o vínculo entre os antigos citas e a apropriação discursiva que Sinésio faz desse grupo étnico versa sobre a alegoria do lobo, presente na narrativa mítica sinesiana. Sobre isso, Parzinker (2009: 73) informa-nos de que, na terra dos citas, contava-se que cada um dos mais jovens uma vez por ano metamorfosear-se-ia em lobo. Para o pesquisador, isso pode indicar festivais de culto em que os mais jovens utilizavam peles e máscaras, que possivelmente eram de lobo, ou talvez fosse o lobo uma espécie de animal a que os citas julgavam estar ligados ou atribuíam a sua descendência. Há, por conseguinte, uma conotação mística por trás dessa alegoria. Dessa forma, reconhecemos, ainda que seja por meio de especulações, uma relação entre a alegoria do lobo e os citas, tal como também é retratado por Sinésio em sua narrativa mítica.

A esse respeito, Sinésio afirma, no prólogo de *De Providentia*: ‘o documento é sobre os filhos de Tauro, e, na primeira parte do tratado, até o mistério do lobo, (τὸ μέχρι τοῦ κατὰ τὸν λύκον αἰνίγματο) foi lido publicamente, apenas durante o tempo, quando o pior estava no poder (μετὰ τὴν κάθοδον τῶν ἀρίστων ἀνδρῶν)’ (SINÉSIO, *De Prov.* I). Observa-se, até aqui, o caráter depreciativo com que o termo lobo (λύκον) é utilizado, já que o mistério do lobo está associado às trajetórias políticas do governo do pior, ou seja, Tifo, cujo posicionamento político era favorável aos bárbaros (καὶ τοῖς βαρβάροις ἀεὶ πεπολίτευται) (SINÉSIO, *De Prov.* I, 15.5); o que, de certa forma, assemelha-se à conotação pejorativa que identificamos em *De Regno*, mais precisamente na metáfora do pastor, dos cães e dos lobos, recuperada dos escritos de Platão (1089 C), em que o cirenaico adverte o imperador quanto à necessidade de remoção dos ξένοι do exército romano.

Adicionado a isso, localizamos, no último capítulo do 1º. Livro da narrativa mítica sinesiana, a segunda e última referência específica ao termo lobo, a saber:

Então ele esperou, pois àquela altura ele já havia aprendido, o que logo aconteceria a Osíris, fato que se confirmou com o ano vindouro, quando o filho, Hórus, decidiu estabelecer uma aliança, em vez dos leões, com os lobos. Quem agora é lobo ensina um discurso sagrado, os pronunciamentos não são religiosos, nem mesmo na forma de um mito (SINÉSIO, *De Prov.* I, 18,8).

Para compreender o fragmento, precisamos pontuar alguns aspectos do enredo da narrativa mítica de Plutarco, *Sobre Ísis e Osíris*, em que Sinésio pode ter se inspirado, o que reforça, ao comparar as narrativas, o emprego independente e tendencioso com que o cirenaico utiliza o enredo do mito egípcio plutarquiano. Diferentemente de Plutarco, Sinésio, por exemplo, enfatiza em sua narrativa mítica o triunfo político de Tifo e simplesmente descarta a personagem Ísis e a busca pelo corpo de seu esposo, Osíris, morto por Tifo. A deusa egípcia foi substituída pelo termo genérico ‘esposa de Osíris’ e seu papel foi minimizado, se utilizarmos como contraponto a narrativa mítica plutarquiana.

Segundo Plutarco, após a morte de Osíris, assassinado por seu irmão Tifo, caberia a seu filho Hórus derrotar o tirano (*De Is. et Os.* 358 C), tal como narra Plutarco no trecho a seguir:

Posteriormente Osíris veio a Hórus de Hades, e instruiu e treinou-o para a batalha. Então ele perguntou o que ele pensou que fosse a mais bela ação. Quando Hórus disse, ‘para socorrer um pai e mãe quando eles sofrem errado’, ele requereu-lhe uma segunda pergunta: qual ele pensou que (fosse) o animal mais útil para aqueles que estavam partindo para a batalha? Quando Hórus disse: ‘um cavalo’, ele ficou surpreso e perguntou: ‘por que antes um cavalo que um leão?’ Hórus disse que um leão foi útil a quem precisava de ajuda, mas um cavalo guiou o inimigo em retirada e destruiu-o completamente. Osíris estava satisfeito quando ele ouviu isso, considerando Hórus estar adequadamente preparado (Plutarco, *De Is. e Os.* 358 B-C).

O fragmento acima nos oferece um importante contraponto para pensar a narrativa mítica de Sinésio, pois, assim como em Plutarco, Hórus, em *De Providentia*, é impelido a escolher o animal que o auxiliaria na batalha contra Tifo e, ao comparar os dois enredos, chama-nos atenção os seguintes aspectos: primeiro, a maneira vaga e casual com que Sinésio se reporta a Hórus e à situação enunciativa em que estava inserido no momento em que fez a escolha entre os animais; segundo, a substituição dos animais, a saber: leão e cavalo na narrativa plutarquiana e leão e lobo na narrativa sinesiana. Dito de outra forma, em Sinésio, Hórus, com a finalidade

de suplantar o governo de Tifo, prefere se associar aos lobos (λύκον) a se unir aos leões (λέοντο). Como a citação de Hórus se restringe ao final do Primeiro Livro de *De Providentia* - ou seja, trata-se de uma menção isolada no enredo, já que, a partir do segundo livro de *De Providentia*, Osíris volta a protagonizar o cenário político, sem que o destino de Hórus na narrativa fosse esclarecido - sublinhamos que o filósofo não a tenha feito fortuitamente.

Para a historiadora Jacqueline Long (1987: 113-4), a escolha do lobo por Sinésio torna a narrativa sinesiana ainda mais enigmática e o cirenaico o teria recuperado apenas como recurso estilístico. Assim, a historiadora sustenta que Sinésio pretendia apenas perpetuar um artifício retórico já empregado por Plutarco, a saber: a veiculação de um enigma, de tal forma que seu desvendamento 'fornece mais uma satisfação intelectual do que um conselho político concreto'. Para ela, tendo em vista as múltiplas apropriações, aplicações e interpretações da alegoria do lobo em fontes greco-romanas antigas, nenhuma escolha é definitiva (1987: 114).

Há, no entanto, outras interpretações que explicam o que teria motivado Sinésio a inserir a alegoria do lobo. Para Nicolosi (1959:205) o emprego dos vocábulos *lobos* e *leões*, refere-se a um mecanismo de diferenciação entre dois grupos étnicos não-romanos. Assim, é possível que Sinésio, ao se reportar ao leão, tenha tido em mente os godos, e os lobos, por outro lado, simbolizariam os hunos. Uma das razões para tal associação dar-se-ia em virtude de suas características fisionômicas: os godos eram normalmente altos e loiros em oposição aos hunos, mais baixos, escuros. Sob essa perspectiva, Sinésio pode ter sugerido o apoio militar dos hunos ao Império Romano em detrimento dos godos, vistos à época, como ameaçadores, tal como descrito em *De Providentia* (I, 18,8).

Embora, num primeiro momento, pareça ser um argumento ingênuo, essas características fisionômicas podem ter sido reforçadas pelo próprio Sinésio em *Elogio à Calvície*, o que o tornaria um discurso dirigido à crítica aos godos, no interior do qual as características fisionômicas desse grupo étnico são evidenciadas e contrastadas a outros grupos; e não um mero exercício de Retórica como resposta ao *Elogio à Cabeleira* de Dion Crisóstomo, como a historiografia acentua.

Para fundamentar esse posicionamento, sugerimos a leitura do fragmento a seguir em que Sinésio comenta a presença de germanos entre os romanos.

Mestres de serviço de mesa, confeitheiros, copeiros, tantos *empregos reservados aos Citas*. Quanto a esses empregados domésticos que transportam sobre seus ombros essas cadeiras-longas que se pode alugar para se sentar nas ruas, ainda não são apenas os Citas, raça há muito qualificada, em boa justiça, por ser submissa aos Romanos. Mas que esses *homens loiros, cabeludos como Eubeus, sejam, no mesmo povo, os escravos dos particulares e os mestres do Estado, eis o mais perturbador, o mais extravagante dos espetáculos. Se não é um enigma, eu não sei o que merece esse nome* (SINÉSIO *De Reg.* 1093 C, grifo nosso).

Sob a ótica de Nicolosi, quando observamos o uso do vocábulo *citas*, em *De Providentia*, para aludir aos não-romanos, torna possível pensar que tal termo não versa sobre todos os grupos étnicos que poderiam ser estigmatizados como bárbaros; mas, sim, sobre um grupo étnico específico: os germanos, mais precisamente, os godos (1959). Consideramos, particularmente, que seja possível que o cirenaico tenha se referido aos godos, tendo em vista não só as referências presentes em seus discursos, mas também as circunstâncias históricas que podem ter colaborado para adoção desse viés analítico.

A despeito da caracterização dos *citas*, que, como demonstra o pesquisador italiano, podem ser reconhecidos como *godos*, averiguamos, mais uma vez, marcas de repulsa e integração desses bárbaros na sociedade romana oriental tardia; porquanto, de um lado, ajustam-se à categoria de colaboradores em ofícios citadinos ou, no limite, escravos; de outro, são reconhecidos como mestres de Estado (αρχοντας), ou seja, detentores de cargos públicos, o que pressupõe que também participavam da vida política da cidade e, por extensão, do Império.

Cameron & Long (1993), ao partir do pressuposto de que *lobos*, *citas* e *germanos* são termos correlatos, declaram que Sinésio externa dois posicionamentos divergentes sobre os bárbaros, pois no Primeiro Livro de *De Providentia*, eles são concebidos como aliados e não como inimigos mortais ou objeto de repulsa, como em *De Regno*.

Como tentativa de justificar o que de fato teria levado Sinésio a amainar a abordagem repulsiva aos bárbaros, no primeiro livro de *De Providentia*, os pesquisadores recorrem aos estudos recentes da historiadora Rita Lizzi (apud CAMERON & LONG, 1993: 320-1), segundo os quais a abordagem de Sinésio pode ser facilmente explicada pelo fato de que, quando o filósofo escreve *De Regno*, o general godo Gainas ainda não havia se tornado *comes rei militaris*; logo, não representava ameaça e o *magister militum* godo Alarico atuava longe de Constantinopla, na província Illyricum.

Já o primeiro livro de *De Providentia* teria sido escrito imediatamente após os desdobramentos do golpe militar de Gainas de 12 de julho de 400, momento em que a crise política havia se estabelecido. Isso explicaria o caráter amistoso com que o filósofo se reporta aos citas/germanos. O segundo livro de *De Providentia*, por outro lado, teria sido redigido já no instante em que Gainas e seus seguidores se encontravam longe da cidade, após sua expulsão de Constantinopla, e, portanto, não representavam para Sinésio um perigo potencial. Tal contexto explicaria o motivo pelo qual, a partir do segundo livro de *De Providentia*, Sinésio reitera o caráter repulsivo aos bárbaros que mantivera em *De Regno* (CAMERON & LONG, 1993: 319).

Reconhecemos, em particular, os esforços dos historiadores Cameron & Long (1993) em associar mito e história, mas, de acordo com nossa leitura, não só há uma proximidade temática entre *De Regno* e *De Providentia*, mas também uma coerência entre o Primeiro e o Segundo livros da narrativa mítica, tanto no que concerne à construção discursiva do bom governante e do tirano, quanto no que diz respeito ao papel ocupado pelos bárbaros na sociedade egípcia construída por Sinésio. Assim, defendemos que ambos os livros de *De Providentia* dialogam não só entre si, mas também com *De Regno*.

Isso posto, sublinhamos que, na narrativa mítica sine-siana, os estrangeiros, ou seja, os citas, não-romanos, encontram-se associados a Tifo ou se familiarizam com ele, tanto no compartilhamento de vícios (SINÉSIO, *De Prov.* I. 3, 4) quanto na colaboração de suas inclinações político-administrativas. Por exemplo, no momento em que o rei Tauro retira-se do cenário político – Sinésio não informa, precisamente,

se o rei estava doente ou havia morrido – sacerdotes e militares egípcios reúnem-se para escolher, entre os filhos do rei, Osiris e Tifo, o futuro governante, todavia

Os pastores de porcos nem mesmo deveriam assistir, e qualquer um que proviesse de outro povo ou tivesse semelhante ascendência e portassem junto aos egípcios armas como mercenários: também estes estavam proibidos de estar lá. Desse modo, também o filho mais velho estava em forte desvantagem. Então, *os pastores de porcos e os estrangeiros constituíam a tropa de algazarra de Tifo*, uma numerosa e incontável multidão (SINÉSIO, *De Prov.* I, 5.3, grifo nosso).

Na passagem em questão, Sinésio reporta-se, em certa medida, ao *topos* literário narrado por Heródoto (*apud* LONG, 1987: 110) em que os gregos baniam os criadores de porcos das eleições e proibiam-nos de entrar em templos em razão da imundície de seus ofícios. O cirenaico justapõe os estrangeiros e os pastores de porcos para inseri-los no mesmo patamar. Por essa razão, influenciado pela metáfora da contaminação dos criadores de porcos, como o fragmento sugere, Sinésio aproxima os estrangeiros de Tifo e o desqualifica como legítimo líder político. O cirenaico não se refere a esse *topos* em outras partes de seu discurso, o que nos permite inferir que o filósofo objetivava, nesse momento, apenas validar seu posicionamento contra os godos (citas) no tocante ao compartilhamento de práticas políticas concernentes apenas aos nativos tal como as leis ou os costumes antigos (*mos maiorum*) prefiguravam.

No transcorrer da obra, Sinésio deixa claro que, sem o apoio dos estrangeiros, Tifo não seria bem-sucedido e, como já era previsto, os sacerdotes, movidos pela sabedoria divina, ratifica a vitória de Osiris, em uma decisão que levou Tifo a contestar a legitimidade da votação, ao afirmar que era o mais velho e, portanto, tinha prioridade. Como a vontade dos deuses se sobrepunha à argumentação de Tifo, ele resolve aplicar um golpe auxiliado pelos citas, invalidando, assim, a vitória de seu irmão (SINÉSIO, *De Prov.* I, 6). Sinésio recupera, nesta passagem, a clássica imagem do tirano como adversário dos deuses e contrário à vontade divina, esta responsável pelo equilíbrio do *cosmos*, tal como já sinalizava o poeta grego Arquíloco (séc. VII a.C) e outros pensadores gregos, entre eles, Aristóteles, em sua

Política, e Platão, em *Fédon*. Adicionado a isso, no instante em que Sinésio retrata o acordo entre Tifo e o general cita, no contexto do golpe militar à cidade real do Egito, observamos, mais uma vez, a associação entre Tifo e os bárbaros no plano político.

Seguindo essa linha de raciocínio, o Segundo Livro de *De Providentia*, ao contrário de sinalizar uma ruptura com o Primeiro, registra o clímax da narrativa mítica sinesiana, pois os egípcios, oprimidos pela presença dos soldados citas e pela administração de Tifo, aproveitam a fuga repentina dos citas para se unir e expulsá-los da cidade bem como destituir Tifo, como havia previsto os deuses (SINÉSIO, *De Prov.* II, 2). Mais detalhadamente, no instante em que os citas deixavam secretamente a cidade com seus pertences, filhos e esposas, uma senhora idosa e muito pobre, que se encontrava em um dos portões da cidade, viu-os, dirigiu-se a eles e, invocando os deuses, ela disse:

[...] ‘os egípcios receberam como suplicantes, como vocês foram expulsos de sua pátria e sem destino ao redor dela perambulavam, o Egito trata não só tão bem, como é decente diante dos suplicantes, antes concederam a vós até mesmo o direito dos cidadãos e em importantes ofícios foram iniciados, finalmente a vós até mesmo foram feitos senhores por sobre a política, de modo que os próprios egípcios se comportam como citas, porque esse fingimento beneficia a eles. Nossos costumes encontram-se em grande reputação como os locais. Por que então agora isso? Por que vós partis? Por que estais a embalar vossos bens em conjunto e toma estas providências? Certamente os deuses deliberarão contra os benfeitores não com ingratidão (...) Ela disse isso e lançou-se abaixo de seu rosto. Ao lado dela levanta um cita com uma espada desembainhada para cortar a cabeça da senhora, porque ele suspeita que ela censurasse e denunciasse seu trabalho noturno. Porque ele ainda achava que eles fariam isso despercebidamente, porque ninguém daqueles muitos que viram isso, tinham coragem suficiente para pô-lo ao léu. Então ela teria sido vítima da espada (SINÉSIO, *De Prov.* II, 2, 3-4).

Após esse episódio, os egípcios, sensibilizados com a morte da velha senhora, iniciam repentinamente o levante que resultou na expulsão dos citas da cidade real. Interessamos aqui sublinhar o uso literário da figura da ‘velha senhora’, que já se fazia presente em Dion Crisóstomo (*Or.* 1.53).

A participação dos bárbaros na concretização do projeto político de Tifo também pode ser identificada no contexto do golpe político que possibilitou tanto Tifo quanto os citas invadir a cidade real. Sinésio deixa claro que se trata de uma iniciativa coletiva em que ambos tornam-se responsáveis pela destituição do bom governante, como se observa abaixo:

Decidiu-se enganar Tifo por um certo tempo. Ele agora achava até mesmo que pode debochar dos deuses, porque ele não deveria sofrer de imediato, o que de fato teria sido merecido – é que para se tornar animal de batalha e ofrenda de guerra, já que ele era *o principal culpado* de que os egípcios (por) um longo tempo fossem escravos dos citas – e, porque Dike, a deusa da justiça, que é sábia e (em) momentos apropriados sabe administrar, adiou seu castigo (SINÉSIO, *De Prov.* II, 3.3)

Até esse momento, Sinésio procura mostrar ao público-leitor que a participação dos bárbaros (godos) na administração política do Egito apresentou uma série de inconvenientes à manutenção da estabilidade política e que, por toda essa experiência, fazia-se necessário retornar ao tempo em que o Egito era governado e defendido apenas pelos egípcios, cujo líder político maior, o monarca, pautava suas ações políticas nas leis antigas e seus conselheiros, soldados e amigos tornavam-se, em certa medida, guardiães dos costumes antigos.

A fim de oferecer um fio condutor aos *topoi* retóricos mobilizados por Sinésio, retornemos à unidade temática presente em ambas as fontes históricas. Em *De Regno*, discorreremos sobre dois aspectos centrais que, para Sinésio, caracterizavam os bárbaros, a saber: a falta de *fides* e, por extensão, o desrespeito às leis, o que denota, em outras palavras, predileção pela perfídia e pela deslealdade. Em *De Providentia*, o filósofo retrata, no transcorrer do Primeiro Livro, não só a afinidade entre os bárbaros e Tifo, quanto ao compartilhamento de vícios, mas também a contribuição dos estrangeiros na vitória política de Tifo, o que suplantava as antigas leis egípcias, de acordo com o cirenáico. Isso posto, sustentamos que Sinésio tenha pretendido mostrar o perigo que os chamados citas representavam ao

Egito, caso fossem tratados como iguais aos romanos, dado que eram indivíduos vulneráveis, isto é, podiam ser facilmente manipulados.

Tal como Susanna Elm (1997: 112) pontua, eles eram, sob a ótica de Sinésio, mercenários, soldados afeitos ao dinheiro; eram facilmente movidos pelos seus próprios vícios e cativos de seus próprios medos e inseguranças. Nesse sentido, ainda que os citas (godos) fossem dotados de habilidades militares que contribuíssem para o estabelecimento da ordem, como Sinésio reconhece, eram como *criadores de porcos* (SINÉSIO, *De Prov.* I, 5,3), logo diferente dos nativos (egípcios = romanos); eram, adicionado a isso, instrumentos a serviço de seus mestres, o que levou Elm (1997: 113) a declarar que se ‘o mestre souber como governar apropriadamente, os citas se tornarão bons soldados, se não, eles se comportarão como escravos-revoltos’.

Não podemos nos esquecer de que a imagem do bárbaro que Sinésio constrói, ajusta-se à intencionalidade e, por extensão, às circunstâncias históricas que cercam o discurso. Assim, consideramos relevante sublinhar que a representação literária sobre a deslealdade e perfídia dos *bárbaros* (godos, especificamente) em oposição aos *romanos*, e a associação dos bárbaros à tirania evidencia, por oposição, a conduta política de um grupo que aparenta estar comprometido com a manutenção da harmonia político-administrativa do Império, já que se subentende que a fidelidade política, o respeito às leis e a observação do *mos maiorum* compõem, pelo menos, as práticas políticas do cirenaico.

Em síntese, a clássica oposição romanos e bárbaros, presente em *De Regno* e *De Providentia*, sinaliza a similaridade temática dos discursos em análise e demonstra não só as marcas de integração dos germanos na sociedade romana oriental tardo-antiga, mas também as marcas de repulsa, as quais se ajustam aos interesses políticos particulares do cirenaico ou do grupo político a que pertence. Particularmente, percebemos que o tema subjacente à construção literária dos bárbaros/citas/godos versa sobre a legitimidade política do monarca e, por extensão, dos oficiais imperiais eleitos legitimamente por ele. Isso significa dizer que essas imagens, presentes na superfície do texto, podem convergir para estratégias de aquisição e legitimação do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação primária impressa

AMMIEN MARCELLIN. *Histoires*. Livres XXIX-XXXI. Trad. Guy Sabbah & Laurent Angliviel de la Beaumelle. Collection des Universités de France. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

PLUTARCO CHERONESE. *Iside e Osiride*. Trad. Sebastiano Ciampi. Firenze: Dalla Stamperia Piatti, 1823.

SYNÉSIOS DE CYRÈNE. (De Regno) *Les discours sur la royauté*. In: LACOMBRADE, C. Le discours sur la royauté de Synésios de Cyerne à l'empereur Arcadius. Paris: Les Belles Lettres, 1951.

SINESIO DI CIRENE. *Sul Regno*. Trad. Antonio Garzya. Napoli: Libreria Scientifica Editrice, 1973.

SYNESIUS OF CYRENE. *De Providentia*: Egyptians or, on providence. In: CAMERON, Al. & LONG, J. Barbarians and Politics at the Court of Arcadius. Berkeley: University California Press, 1993.

SYNÉSIOS DE CYRÈNE. *L'éloge de la calvitie, Dion, Le traité sur les songes*. Trad. Noël Aujoulat. Tome IV, Opuscules I, Paris: Les Belles Lettres, 2004.

SYNESIOS VON KYRENE. (De Providentia) *Die ägyptischen oder Über die Vorsehung*. Trad. Prof. Dr. Martin Hose. Universität München, 2010.

TEMISTIUS. *Discursos Políticos*. Con traducción al español de Joaquín Ponce Ritoré. Madri: Gredos, 2000.

Obras gerais

BEDON, E. Le modèle romain, obstacle à la compréhension du monde barbare: l'exemple des peuples hispaniques chez Tite-Live. *Les Études Classiques*, n. 77, p. 79-94, 2009.

CAMERON, Al. & LONG, J. *Barbarians and Politics at the Court of Arcadius*. Berkeley: University California Press, 1993.

CARLAN, C. U. As invasões germânicas e o império romano: conflitos e identidades no baixo-império. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 48/49, 2008, p. 137-48.

_____ & FUNARI, P. P. A. Romanos e germanos: lutas, guerras, rivalidades na Antiguidade Tardia. *Brathair*, 7, 2007, p. 17-24.

- ELM, S. Isis' loss – gender, dependence and ethnicity in Synesius' de providentia or egyptian tale. *ZAC*, v.1, p. 96-115, 1997.
- FELMY, A. Die römische Republik im Geschichtsbild der Spätantike: zum Umgang lateinischer Autoren des 4. und 5. Jahrhunderts n.Chr. mit den *exempla maiorum*. *Dissertation*. Philosophischen Fakultäten der Albert-Ludwigs-Universität von Freiburg, 1999.
- HEATHER, P. The barbarian in late antiquity: image, reality and transformation. In: MILES, R. *Constructing identities in late antiquity*, London: Routledge, 1999.
- _____. *Empires and barbarians: migration, development and the birth of Europe*. Oxford: Macmillan, 2009.
- LIEBESCHUETZ, J.H.W.G. *Barbarians and Bishops*. Army, Church and State in the Age of Arcadius and Chrysostom. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- LONG, J. The wolf and the lion: Synesius' egyptian sources. *GRBS*, v.28, n.01, p. 103-115, 1987.
- MACMULLEN, Ramsay. Personal power in the Rome Empire. *The American Journal of Philology*, v. 107, n.4, p. 512-524, 1986.
- _____. Social mobility and the Theodosian Code. *The Journal of Roman Studies*, v.54, p.49-53, 1964.
- _____. Imperial bureaucrats in the Roman provinces. *Harvard Studies in Classical Philology*, v.68, p.305-16, 1964.
- MITCHELL, S. *A history of the later roman empire: the transformation of the ancient world*. Oxford: Blackwell, 2007.
- NICOLOSI, S. *De Providentia di Sinesio di Cirene: studio critico e traduzione*. Padova: CEDAM, 1959.
- POHL, W & REIMITZ, H. *Grenze und Differenz im frühen Mittelalter*. Wien: Akademie der Wissenschaften, 2000.
- _____. *Die Völkerwanderung: Eroberung und Integration*. Berlin: W. Kohlhammer, 2002.
- QUET, M-H. Rhétorique, culture et politique. *Dialogues d'histoire ancienne*, v.4, n.1, p.51- 118, 1978.
- THOMPSON, E. A. *Romans and barbarians: the decline of the western empire*. Wisconsin: University Wisconsin Press, 2002.

Recebido em março de 2013
Aprovado em agosto de 2013.